



Políticas e práticas de saúde em enfermagem:

protagonismo ou coadjuvação da enfermagem na perspectiva da saúde da mulher?

Nursing health policies and practices: protagonism or coadjuvation of nursing in the perspective of women's health?

Angélica de Godoy Torres Lima¹

 <https://orcid.org/0000-0002-7432-0109>

 <https://lattes.cnpq.br/3267022204553537>

Cássia Cibelle Barros de Albuquerque²

 <https://orcid.org/0000-0001-8280-2346>

 <https://lattes.cnpq.br/8745749683780381>

Fernanda Silva Monteiro³

 <https://orcid.org/0000-0003-4383-8228>

 <http://lattes.cnpq.br/3128823155555838>

Maria Nazaré Souza dos Passos⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-2287-9787>

 <http://lattes.cnpq.br/8481962150505682>

Monique Freitas de Gonçalves Lima⁵

 <https://orcid.org/0000-0002-5805-6205>

 <https://lattes.cnpq.br/6332269124307992>

RESUMO

A partir do contexto histórico da formação da enfermagem, observa-se a expansão do seu espaço na área da saúde, ao assumir um papel cada vez mais decisivo e proativo na identificação das necessidades de cuidado da população. Este estudo propõe discutir se existe protagonismo da enfermagem na construção e estruturação no âmbito das políticas de saúde da mulher. Artigo de reflexão que traça um panorama histórico da formação da enfermagem, identificando mudanças na sua atuação ao longo do tempo e discute a extensão do seu protagonismo na construção e

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus Belo Jardim/PE – Brasil. E-mail: angelica.godoy@belojardim.ifpe.edu.br

² Universidade de Pernambuco (UPE), Recife/PE – Brasil. E-mail: cassia.albuquerque@upe.br

³ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió/AL – Brasil. E-mail: fernanda.monteiro@eenf.ufal.br

⁴ Universidade de Pernambuco (UPE), Recife/PE – Brasil. E-mail: marianazare.passos@upe.br

⁵ Universidade de Pernambuco (UPE), Recife/PE – Brasil. E-mail: monique_freitas@hotmail.com



implementação de políticas de saúde da mulher no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A enfermagem ocupava um papel coadjuvante e que se modifica longitudinalmente. No Brasil, as políticas públicas de saúde da mulher tinham como foco a atenção materna, a saúde reprodutiva e seus agravos, o que limitava, em parte, a atuação da enfermagem. Contudo, a criação do SUS torna o enfermeiro um protagonista, devido sua competência técnica ao atuar nas estratégias de promoção à saúde com uma assistência humanizada. Por fim, entende-se que a enfermagem em práticas avançadas é um caminho profícuo para o reconhecimento profissional por conferir qualidade da formação e excelência de desempenho.

Palavras-chave: Enfermagem; Políticas públicas; Saúde da mulher.

ABSTRACT

From the historical context of nursing training, we can observe the expansion of its space in the health area, as it assumes an increasingly decisive and proactive role in identifying the population's care needs. This study proposes to discuss whether nursing plays a leading role in the construction and structuring of women's health policies. Reflection article that outlines a historical overview of nursing training, identifying changes in its performance over time and discusses the extent of its role in the construction and implementation of women's health policies in the context of the Single Health System (SHS). Nursing played a supporting role and changed longitudinally. In Brazil, public women's health policies focused on maternal care, reproductive health and their problems, which partially limited the role of nursing. However, the creation of the SHS makes nurses a protagonist, due to their technical competence when working on health promotion strategies with humanized assistance. Finally, it is understood that advanced practice nursing is a fruitful path to professional recognition by providing quality training and excellence in performance.

Keywords: Nursing; Public policy; Women's health.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio trata-se de um artigo de reflexão elaborado por enfermeiras a respeito de suas práticas, ponderando sobre a natureza do trabalho da enfermagem e sua inserção em política pública. Após extensas leituras na literatura científica atual, vários questionamentos foram feitos, sobremaneira quanto a existência do protagonismo da enfermagem brasileira na política de saúde da mulher.

As Políticas públicas surgiram na sociedade em resposta de ações governamentais atendendo as necessidades sociais diante de algum conflito. Diante disso, é desejável que essas políticas sejam significativas e relevantes, buscando mobilizar as esferas de governo e ao mesmo tempo que analisa as demandas sociais propõe mudanças (Lessa *et al.*, 2015). Entretanto, ao longo do desenvolvimento da sociedade, o conhecimento político foi se adaptando por tratar-se de conhecimentos e práticas que interferem na vida dos cidadãos, permitindo o questionamento do que já foi construído, aperfeiçoando as formas de construir e elaborando novas ideias para que o exercício profissional seja diversificado e objeto de constante reflexão (Lessa; Araújo, 2013).



As profissões são construções sociais que se localizam no tempo e no espaço da sociedade, sendo a base existencial do fenômeno social. O contexto histórico prescreve a maneira como uma profissão é vista e valorizada, assim a enfermagem como profissão manifestou-se a partir de um contexto de guerra no século XIX amparando os feridos de guerra, adotando ao longo do tempo um contexto biomédico hospitalar (Lessa; Araujo, 2013; Lombardi; Campos, 2018).

Ainda compenetrado neste contexto histórico, os profissionais de enfermagem suportam situações em que se exige um conhecimento aprofundado em relação a sua atuação sociopolítica, experienciando em sua rotina uma série de situações onde precisam atuar em condições de trabalho, de elevada complexidade, se pode então inferir que, os mesmos, possuem em sua formação os atributos necessários para contribuir diretamente na melhoria da qualidade do atendimento nos estabelecimentos de saúde (Magagnin *et al.*, 2018).

O campo de atuação da enfermagem é vasto e inúmeras são as possibilidades de operar, de forma criativa e autônoma, nos diferentes níveis de atenção à saúde. Nessa perspectiva, esses profissionais vêm ampliando o modo de pensar e agir sobre a própria prática, centrada não mais apenas no biológico, mas no indivíduo como todo, por meio da educação, promoção e proteção da saúde, confrontando o reducionismo médico-curativo de outrora. Esse processo de mudança parte do reconhecer-se como sujeito e, portanto, compreender que o contexto em que estão inseridos requer um movimento de promoção da democratização da população através de sua participação política (Gomes; Freitas, 2019).

Neste tempo de celeridade, transformações e convocação, há uma ascendência em relação ao protagonismo dos grupos organizados da sociedade civil na construção do novo período da história, observa-se que a enfermagem vem expandindo seu espaço na área da saúde, na esfera nacional e internacional. Esses profissionais têm assumido um papel cada vez mais decisivo e proativo no que se refere à identificação das necessidades de cuidado da população em seus diversos aspectos (Mattos-Pimenta *et al.*, 2020).

Ao longo da história, a enfermagem conquistou um significativo poder, embora ainda não tenha plenamente reconhecido a dimensão dessa conquista. Enquanto a categoria adquiriu competência técnica, faltou-lhe a reflexão necessária sobre sua competência política, crucial para valorizar a categoria e sua importância como agente transformador (Kalinowski; Cunha, 2020). A atuação política poderia potencializar o papel dos enfermeiros como protagonistas nas políticas de saúde. No contexto das políticas públicas de saúde da mulher, a enfermagem antes vista com restritas funções operacionais, reproduzindo normas estabelecidas sem questionamento crítico ou proposição de mudanças significativas (Kalinowski; Cunha, 2020), agora aponta para um movimento crescente em direção ao reconhecimento do protagonismo da enfermagem, especialmente no âmbito da Política Nacional de Humanização do Parto e do Nascimento. Nesse contexto, os enfermeiros têm se destacado por sua competência técnica e humanização do cuidado, posicionando-se contra práticas de abuso e violência



obstétrica, e atuando como agentes fundamentais na promoção de um atendimento mais digno e respeitoso às mulheres (Silva *et al.*, 2018).

Essa atuação demonstra que, apesar dos desafios históricos, a enfermagem tem potencial para assumir um papel transformador, desde que haja uma maior conscientização e mobilização política dentro da categoria. Portanto, o reconhecimento e a valorização do protagonismo dos enfermeiros nas políticas de saúde são passos essenciais para que a enfermagem possa exercer plenamente sua função como agente de mudança social e de melhoria contínua na qualidade dos cuidados prestados à população.

A literatura aponta diversos determinantes que influenciaram a participação da enfermagem na construção das políticas públicas. Estudos como o de Cunha, Henriques e Costa (2021) demonstram que a enfermagem de saúde pública tem desempenhado um papel crucial na elaboração de políticas de saúde, atuando de maneira proativa e estratégica. Da mesma forma, Garcia (2016) ressalta a importância dos enfermeiros gestores na formulação dessas políticas, evidenciando que sua participação efetiva tem sido fundamental para o desenvolvimento e a implementação de estratégias de saúde pública mais inclusivas e abrangentes.

A enfermagem tem potencial para influenciar positivamente a construção de políticas públicas, especialmente quando há um enfoque na formação e na valorização das competências políticas dos profissionais. Assim, o reconhecimento e a valorização do papel dos enfermeiros na saúde pública são essenciais para fortalecer sua atuação como agentes transformadores e para promover a melhoria contínua dos serviços de saúde.

Desta forma, o universo de atuação dos enfermeiros vai além da dimensão técnico-assistencialista, no que diz respeito tanto à capacitação para o trabalho quanto à expansão de suas atribuições. Concentra-se em saberes que valorizam as interrelações e a dinâmica do coletivo social de todos os envolvidos no processo para melhorar a qualidade e a efetividade dos sistemas de saúde, a partir da utilização das evidências guiando sua prática. Sendo crucial o papel social da enfermagem para atuar em atividades de política e planejamento em saúde para assim, assegurar a integralidade da atenção, à qualidade e a humanização do atendimento (Magagnin *et al.*, 2018).

Dentro desse contexto, é crucial aumentar a autonomia do profissional enfermeiro nas políticas de saúde da mulher, ampliando suas competências e qualificações para abordar de maneira abrangente todas as necessidades das mulheres. A atuação proativa dos enfermeiros é essencial para garantir que o cuidado oferecido contribua significativamente para o livre exercício da sexualidade e da identidade de gênero das mulheres. De acordo com Cunha, Henriques e Costa (2021), a enfermagem dentro da saúde pública tem desempenhado um papel fundamental na formulação de políticas de saúde, e isso se reflete na importância de sua participação ativa nas políticas de saúde da mulher.



O protagonismo dos enfermeiros nas políticas públicas de saúde da mulher é vital para promover um atendimento mais humanizado e centrado no paciente. Garcia (2016) ressalta que os enfermeiros gestores, ao serem envolvidos na formulação dessas políticas, podem influenciar positivamente a qualidade dos serviços prestados. Eles lideram programas de educação em saúde, prevenção de doenças e promoção do bem-estar, garantindo que as vozes e as necessidades das mulheres sejam devidamente representadas e atendidas.

O exercício dessas novas áreas, se feitos dentro dos preceitos de autonomia, alta competência clínica, liderança qualificada e habilidades de pesquisa, serão transformadores da realidade do enfermeiro, que expandirá a sua atuação além daquela prevista na formação inicial, isto é, tipificar o enfermeiro em prática avançada (EPA). Um EPA atua além das funções tradicionais previstas na formação inicial, assume responsabilidades ampliadas em diversos aspectos do cuidado à saúde, permitindo desempenhar funções clínicas avançadas, liderar equipes de saúde, conduzir pesquisas e influenciar políticas de saúde. Com essa capacitação, os EPAs são capazes de proporcionar cuidados mais complexos e especializados, melhorar a eficiência dos serviços de saúde e promover a inovação na prática de enfermagem. A presença de EPAs no sistema de saúde contribui significativamente para a qualidade e acessibilidade dos cuidados, destacando a importância da contínua expansão e valorização da sua atuação profissional (Mattos-Pimenta *et al.*, 2020).

Nesse campo de discussões, torna-se imperativo uma análise estruturada de pesquisas que tragam evidências científicas para contextualizar a profissão de enfermagem na participação da construção e estruturação de políticas públicas de saúde na dimensão da saúde da mulher, considerando a conjuntura social e política brasileira ao longo do tempo. Partindo deste pressuposto, este estudo teve como objetivo discutir se existe protagonismo da enfermagem na construção e estruturação de políticas públicas de saúde no âmbito das políticas de saúde da mulher.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Método

Este artigo de reflexão baseia-se em uma análise crítica de documentos históricos, normativos e acadêmicos que abordam a evolução da enfermagem e suas interseções com as políticas de saúde da mulher no Brasil. A metodologia inclui a seleção e análise de fontes secundárias relevantes, abrangendo artigos científicos, livros, legislações e diretrizes de saúde pública. Através de uma abordagem reflexiva, busca-se traçar um panorama histórico da formação da enfermagem, identificar mudanças na atuação dos profissionais de enfermagem ao longo do tempo e discutir a extensão do seu protagonismo na construção e implementação de políticas de saúde da mulher, especialmente no contexto do sistema único de saúde (SUS). A análise crítica permite identificar avanços, desafios e perspectivas futuras para a enfermagem em práticas



avanzadas, ressaltando sua importância na prestação de cuidados de saúde materna e reprodutiva de forma humanizada e tecnicamente competente.

Foram realizadas buscas em bases de dados científicas como Pubmed, Scielo, LILACS e BVS, utilizando palavras-chave como "enfermagem", "políticas de saúde da mulher", "história da enfermagem" e "SUS". Além disso, foram consultados livros e documentos oficiais do Ministério da Saúde do Brasil. A seleção das fontes foi baseada na relevância para os objetivos do estudo, com ênfase em publicações que abordassem a evolução histórica da enfermagem, sua atuação nas políticas de saúde da mulher e o papel do enfermeiro no SUS. As fontes selecionadas foram analisadas criticamente para identificar padrões, tendências e lacunas no conhecimento. Foi dada atenção especial à evolução do papel do enfermeiro, desde um papel coadjuvante até uma atuação mais decisiva e proativa. A partir da análise e discussão, foram elaboradas conclusões sobre o protagonismo da enfermagem nas políticas de saúde da mulher no Brasil, destacando-se os avanços alcançados e os desafios persistentes.

2.2. Saúde da mulher, saúde materna e o espaço de protagonismo

Historicamente, no Brasil o papel da mulher vem se modificando ao longo das últimas décadas. Com a redução do número de filhos, a migração do campo para a cidade desde 1940, o aumento da escolarização e a progressiva revolução sexual, a mulher gradualmente vem ampliando seu papel social. A participação mais ativa das mulheres no mercado de trabalho, reconfigurou a dinâmica familiar, bem como as necessidades de saúde desta população.

A Saúde da Mulher deve ser compreendida por ações diversas e também complexas inseridos em todos os ciclos de vida, estendendo-se da prevenção à reabilitação de doenças, da opção de concepção e maternidade, da promoção da saúde física e mental, compreensão da construção social de gênero, da violência contra a mulher, do livre exercício da sexualidade, da inserção da mulher no mercado de trabalho, entre outras. As mulheres representam cerca da metade da força de trabalho e influenciam, predominantemente, no cuidado da família e no preparo das novas gerações, pois somam mais da metade da população (Mattos-Pimenta *et al.*, 2020).

Em meados da década de 1930, através das políticas nacionais de saúde foram formuladas as políticas e os programas voltados para a assistência à saúde da mulher, de forma verticalizada, considerando as particularidades biológicas e o papel social de genitora e do lar desenvolvido majoritariamente por mulheres no curso da história. Nas décadas subsequentes essas políticas e programas sofreram atualizações, mas mantiveram a visão limitada da atenção à saúde deste público ao ser "mãe", "esposa" ou "grávida", sem considerar a paciente na sua totalidade. O Ministério da Saúde em 1984 publicou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que permitiu a visibilidade da mulher como sujeito ativo quanto à sua própria saúde. No entanto, nesse período ainda foram os aspectos reprodutivos que conduziram as práticas



assistenciais a essa população, sendo a assistência prestada fundamentalmente no período da gravidez, parto e pós-parto (Assis; Fernandes, 2011).

No Brasil, atualmente dispomos da política nacional de atenção integral à saúde da mulher - PNAISM de 2004. Esta política incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento reprodutivo, na atenção ao abortamento inseguro e aos casos de violência doméstica e sexual. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades.

Segundo Moscovici (2019), muitos países apresentam uma realidade a obstetrícia ainda muito medicalizada. No Brasil, embora a política busque o atendimento universal e humanizado de forma a atender as necessidades da população, não obtivemos êxito em sua integralidade. O número de intervenções na assistência à saúde da mulher ainda é muito elevado e garantir que os princípios do SUS sejam respeitados ainda é um desafio.

Com o aumento da taxa de cesáreas em todo o mundo, a Organização Mundial da Saúde recomenda de que as taxas deste procedimento não devam exceder 15% de todos os nascimentos (WHO, 2015). Está problemática ganha especial relevância na América Latina, pois vários países apresentam taxas de cesáreas consideravelmente altas em 2018: República Dominicana com 58%, Brasil com 56%, Venezuela com 52% e Chile com 50% (UNICEF, 2019).

Esse modelo centrado nas decisões do profissional médico, com ampla interferência medicamentosa acaba por vezes limitar o protagonismo da enfermagem pois deslocam o foco da assistência que deveria ser centrado no indivíduo, aqui representado pela mulher e seu parceiro, para o papel do profissional de saúde, aqui sendo destacado o médico.

Mulheres acabam não tendo a oportunidade de participar como casal no processo de parto, por algumas restrições hospitalares. Essa experiência vivida pelo casal, que deveria garantir um apoio e conscientização do papel do pai durante a participação no controle pré-natal e processo reprodutivo, bem como à colaboração ativa, deixando-os marcados negativamente (Moscovici, 2019).

Os enfermeiros ainda vivenciam em seu cotidiano limitações que dificultam uma ampla atuação sociopolítica, entretanto existem movimentos no sentido de mitigar algumas restrições que possuem impacto na saúde da mulher. O atual cenário político brasileiro segue em transformação, assim como a profissão de enfermagem que trabalha para adequar seu processo de trabalho, desenvolvendo no ser que é assistido sua dimensão política e social (Magagnin *et al.*, 2018).

Além dos serviços ofertados à mulher durante e depois do parto, faz-se necessário apresentar o desempenho do enfermeiro no que tange a sua atuação na atenção primária em saúde. Neste contexto, vem ocorrendo uma expansão gradual do processo



organizacional nas cidades brasileiras, que são desafiadas a qualificar os profissionais de saúde para uma assistência de qualidade, acesso aos exames, resultados, bem como à integração da Atenção Básica (Brasil, 2012).

Reconhecendo-se como ser em construção e dependente das relações e realidade em que se encontra inserido, o enfermeiro consegue elaborar alternativas para ultrapassar situações que vivencia. A promoção da saúde é um caminho para os profissionais atuarem, oportunizando espaços de troca e empoderamento de indivíduos e grupos, criando espaços de escuta e a conscientização do poder decisório, contribuindo assim para o deslocamento do protagonismo médico para o contributo de todos os atores envolvidos no cenário da saúde.

Tendo em vista esta expansão, o enfermeiro torna-se um dos profissionais primordiais para a prestação da assistência do pré-natal, pois está capacitado para atuação dentro das estratégias de promoção à saúde, bem como da prevenção de doenças, utilizando a humanização na assistência prestada (Oliveira *et al.*, 2019). Para tal, de acordo com as necessidades identificadas e priorizadas, elabora-se o plano de cuidados de enfermagem na consulta de pré-natal, que estabelece intervenções, orientando e encaminhando para outros serviços, proporcionando assim a interdisciplinaridade das ações (Brasil, 2015).

Por essa razão, o profissional de enfermagem contribui de forma relevante no cuidado materno-infantil. De fato, essa percepção também se caracteriza por ser este profissional um identificador do cuidado integral e seu alto empenho com o cuidado ofertado, que de tal forma este modelo pode-se replicar em diferentes ambientes nacionais e internacionais (Torres *et al.*, 2020).

Entretanto, dentro da política de saúde da mulher, identificamos algumas lacunas da atuação de enfermagem. Reconhecemos que existem muitos atores engajados na mobilização de estruturas para a melhor assistência a mulher, contudo ainda são escassos os serviços onde a saúde da mulher não seja vista com o foco reprodutivo. Assim sendo, acreditamos que a enfermagem também deve estar presente nas questões que envolvem a violência contra a mulher, porém nesse contexto ainda temos muitas dificuldades enfrentadas no que tange ao atendimento prestado às vítimas. Outro movimento ainda incipiente é a assistência que considera as questões não normativas de gênero.

O processo de formação de novos profissionais é importante para contribuir na ampliação do olhar para a saúde da mulher. O reconhecimento do padrão sociopolítico ainda é um desafio, mas sinaliza que a reformulação do ser enfermeiro foi iniciado e representa um passo importante para a criação e reconhecimento de uma enfermagem diferenciada, cuja valorização do sujeito possibilita discussões e ações de participação em espaços políticos e de poder.

Deve-se aprimorar a qualificação dos profissionais de saúde, incluídos aqui os enfermeiros, para que possam identificar os vários ciclos da violência que podem estar



presentes em seus atendimentos, bem como a adequada notificação dos casos, sendo este essencial para o enfrentamento deste agravo (Sinimbu *et al.*, 2016).

A educação crítica e reflexiva, complexa e repleta de significados demanda que as experiências pedagógicas sejam mobilizadoras com ações comunicacionais, sociais e políticas, capazes de desenvolver as habilidades e atitudes necessárias para que os enfermeiros possam influenciar com intencionalidade, liderar e transformar sua prática, exercendo com primazia o compromisso profissional (Bitencourt *et al.*, 2020).

O entendimento de outras problemáticas que orbitam a mulher é igualmente relevante, tais como a promoção da saúde física e mental, compreensão da construção social de gênero, do livre exercício da sexualidade e da inserção da mulher no mercado de trabalho, também merecem destaque. Neste contexto, a enfermagem tem espaço para exercer seu protagonismo.

Pensar que a assistência prestada pelos profissionais deve ocorrer de forma integral e dedicar sua atenção aos cuidados às usuárias em todos os ciclos de vida pode ser o caminho para não só destacar a profissão socialmente, mas ainda garantir de uma assistência respeitosa, de qualidade e equitativa, perfeitamente alinhada aos princípios do SUS.

2.3. Práticas avançadas em enfermagem como proposta para elevar o protagonismo da enfermagem nas políticas públicas de atenção à saúde da mulher

Desde a década de 1960, em países anglo-saxões, independente do modelo de saúde, o Enfermeiro de Prática Avançada (EPA) que possui a formação de mestrado, adquire qualificação para o exercício de competências clínicas ampliadas, criando novos modelos de cuidados aos usuários dos serviços de saúde, guiados por evidências científicas (Toso, 2016).

De acordo com o Conselho Internacional de Enfermeiros, o enfermeiro de práticas avançadas é “um enfermeiro que adquiriu uma base de conhecimentos especializados, habilidades complexas na tomada de decisão e competências clínicas para a prática expandida, cujas características são moldadas pelo contexto e/ou país em que ele/ela é credenciado para a prática. O mestrado é recomendado para nível de entrada” (ICN, 2009).

Pensando nas contribuições da enfermagem para promover a saúde universal na formulação de políticas públicas de saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde aponta para a atuação da enfermagem em diversos segmentos como o fortalecimento da administração e gestão em saúde, a eliminação de barreiras de acesso à saúde universal, a capacitação de novos quadros de profissionais de enfermagem, a promoção de utilização e inovação tecnológica, a geração de mecanismos de participação social e o desenvolvimento de programas considerando a diversidade humana, da qual faz parte a saúde da mulher (OPAS, 2020).



Os enfermeiros da atenção primária mostraram-se essenciais para o funcionamento do sistema de saúde, melhorando a saúde de populações vulneráveis e comunidades inteiras. Enfermeiros de práticas avançadas e bem preparados são capazes de atender às necessidades de gerenciamento de cuidados dos indivíduos, uma prioridade renovada da reforma dos cuidados de saúde, bem como fatores de nível populacional e de sistema, incluindo determinantes sociais e disparidades de saúde por meio da prática e pesquisa em enfermagem de atenção primária (Kub *et al.*, 2017).

A implementação da prática avançada em enfermagem (PAE) deve levar em conta a identificação de necessidades de saúde da população e das expectativas do enfermeiro quanto aos seus papéis profissional e social, além de fortalecer a sua inclusão nas discussões curriculares e nas pesquisas desenvolvidas, atinentes à realidade social e política do país (Toso; Padilha; Breda, 2019).

Enfermeiros da atenção primária, incluindo aqueles que realizam atendimentos na área materno-infantil, têm a capacidade de cuidar de indivíduos e comunidades por meio de gestão de casos de forma eficaz, o que demonstrou melhorar os resultados de doenças crônicas. Cabe à enfermagem brasileira o encargo de refletir sobre a função do enfermeiro de prática avançada e mobilizar-se para implementá-la, caso essa seja sua escolha (Kub *et al.*, 2017; Toso, 2016).

Observa-se que há possibilidade de desenvolvimento das PAE como ação que é parte integrante das políticas de saúde, visto que o aspecto legal referente ao SUS, notadamente quanto à atenção primária, a portaria no 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), descreve que os profissionais devem seguir as disposições legais que regulamentam o exercício de cada profissão. Assim sendo, na Lei do exercício profissional da enfermagem (Lei 7498/86), já está estabelecida a realização de consulta de enfermagem; cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas; e como integrante da equipe de saúde: prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde entre as atribuições específicas do enfermeiro (Toso, 2016; Toso; Padilha; Breda, 2019).

A regulamentação do papel da EPA é o alicerce que será o amparo da prática associada à qualidade da formação para esses futuros profissionais. Dessa forma, os conselhos profissionais e os órgãos governamentais, bem como os próprios profissionais, deverão buscar um acordo em relação ao processo de regulação, de formação e de espaço de atuação, a fim de evitar os conflitos que podem suceder de uma prática não reconhecida como tal, por todos os sujeitos envolvidos (Toso; Padilha; Breda, 2019).

O investimento em infraestrutura, treinamento e pesquisa em saúde pública e práticas avançadas, reconheceria e alavancaria a capacidade da enfermagem de liderar a saúde da população e a melhoria da qualidade em comunidades diversas nos Estados Unidos e em todo o mundo. A enfermagem na atenção primária liderou o protagonismo da



enfermagem com seu foco nos determinantes sociais da saúde desde o início do século XX. Dessa forma, o investimento nas práticas avançadas em enfermagem (PAE) assumirá um papel transformador na conquista de populações saudáveis por meio da prevenção primária e esforços populacionais (Kub *et al.*, 2017).

Discutir sobre o atual modelo de assistência à saúde é essencial para definir e priorizar as transformações necessárias e estabelecer o papel do EPA associado às metas de melhoria da qualidade da assistência, bem como essa atuação irá se relacionar e colaborar com os outros membros da equipe interdisciplinar. A relevância no desenvolvimento de programas de educação de alta qualidade e a padronização da formação acadêmico-profissional do EPA devem ser ressaltadas, além do estabelecimento de legislação e regulamentação que apoiem o seu escopo da prática (Schneider, 2020; Jokiniemi *et al.*, 2019).

A responsabilidade de regular o papel profissional pode ser compartilhada entre os ministérios da Saúde, da Educação e de outros órgãos governamentais, além dos conselhos profissionais, portanto, o diálogo profícuo entre essas partes precisa se estabelecer. Para isso, o conhecimento obtido por meio das boas práticas e da prática baseada em evidências devem embasar o progresso das discussões sobre a implementação da PAE no Brasil. No entanto, integrar os EPA aos sistemas de saúde é um processo complexo, que requer colaboração entre legisladores, organizações e profissionais de saúde (Toso; Padilha; Breda, 2019; Jokiniemi *et al.*, 2019).

A importância da defesa de políticas públicas deve ser ensinada com outros cursos introdutórios nos cursos de enfermagem. Tendo em vista que reside um grande potencial ao aumentar a adesão a associações profissionais de enfermagem e aproveitar estrategicamente as qualidades facilitadoras das iniciativas de apoio público a políticas específicas para motivar mais enfermeiras a manter o envolvimento político como uma parte inerente da cultura profissional de enfermagem (Taylor, 2016).

O protagonismo do enfermeiro na perspectiva da política nacional de humanização do parto e do nascimento é reconhecido por Silva e colaboradores (2018) na efetividade do papel deste profissional como um garantidor de direitos. Considerando a vulnerabilidade das mulheres, principalmente nas fases de pré-natal de parto, ao moldar o seu agir profissional para valorizar a escolha da mulher, os enfermeiros conseguem transpor da política pensada para a política efetiva, executando estratégias eficazes de comunicação e conscientização das garantias femininas, contribuindo para a redução de situações desfavoráveis a saúde, como a violência obstétrica.

Ao considerarmos os desafios na implantação da PAE, destacam-se a ausência de um alinhamento e compreensão sobre o papel do EPA, a variabilidade nos padrões de PAE e a qualidade dos programas educacionais, além da delimitação das atividades de prática conflitante com as funções de outros membros da equipe de acordo com o vigente modelo de assistência à saúde, que ainda apresenta seu foco centrado no profissional médico (Schneider, 2020).



Schober *et al.* (2016) estudaram o desenvolvimento de cargos de enfermagem de prática avançada em Cingapura entre 2008 e 2012. Seu estudo resultou em uma estrutura de política conceitual para orientar o desenvolvimento e implementação de políticas de enfermagem de prática avançada coordenada. A estrutura identifica os pontos críticos necessários para o desenvolvimento bem-sucedido da função. Eles ocorrem em momentos de desenvolvimento de políticas e implementação de funções que dependem da esfera de influência de vários grupos.

Embora uma política construtiva de apoio à enfermagem avançada seja crucial para seu sucesso e algumas organizações começaram a desenvolver estruturas para PAE, ainda há pouca literatura que demonstre as maneiras pelas quais os processos políticos relevantes formaram esses papéis. Uma melhor compreensão de como a ação política evolui para a prática facilitará uma melhor implementação futura dessas funções (Schober *et al.*, 2016; Jokiniemi *et al.*, 2019).

A intersecção de abordagens em diversos ambientes é essencial para introduzir a cultura de apoio público na enfermagem moderna e sustentar a defesa de políticas públicas que sejam de interesse da classe. Assim como o enfermeiro sabe da importância do monitoramento dos sinais vitais, também deve saber monitorar um projeto de lei que se transforme em lei, bem como quem são seus representantes políticos e legisladores a fim de iniciar uma comunicação regular com estes em nome da classe e das populações de pacientes e comunidades que atendem (Taylor, 2016).

Para apoiar uma mudança no redesenho da força de trabalho em saúde, a compreensão de como essas funções se formam em sistemas complexos de prestação de cuidados de saúde deve permitir um melhor desenvolvimento e implementação de políticas. Isso, por sua vez, facilitará o uso melhorado dos recursos da força de trabalho em saúde, permitindo que os profissionais de saúde trabalhem em toda a extensão de suas competências e âmbitos de prática (Officer; Cumming; McBride-Henry, 2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de inquirições dos estudos nas bases científicas e identificação dos resultados, notou-se certa dificuldade no que tange a quantidade de estudos produzidos no Brasil acerca do protagonismo da enfermagem na participação e construção de políticas públicas de saúde, inclusive na área de saúde da mulher, a qual a enfermagem apresenta destaque e autonomia para o exercício de suas atividades assistenciais, inclusive com o apoio das instituições reguladoras em saúde. Dessa forma, é essencial que haja mais incentivo para produção científica baseada em evidências a respeito desta temática.

Considerando o aspecto histórico da profissão de enfermagem e as políticas de saúde no cenário Brasileiro, pode-se apontar que a enfermagem vem desde sua criação assumindo um papel de coadjuvação na saúde mundial. Entretanto, com as mudanças do cenário assistencial curativo para o de prevenção e promoção da saúde nas últimas



décadas, sobretudo no Brasil pós criação do Sistema único de Saúde, a enfermagem vem ganhando posição de protagonismo.

Com a aplicação das Práticas Avançadas de Enfermagem, há um potencial significativo para promover ainda mais esse protagonismo, especialmente no que tange às políticas públicas e à atenção integral à saúde da mulher de um modo geral. Essas práticas permitem que os enfermeiros atuem com maior autonomia e responsabilidade, ampliando seu campo de atuação e influenciando diretamente a formulação e implementação de políticas públicas.

Essa evolução é particularmente relevante na atenção integral à saúde da mulher, onde enfermeiros com práticas avançadas podem oferecer cuidados mais abrangentes e especializados, contribuir para a redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde, e fortalecer a implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde. Assim, a enfermagem não apenas assume um papel central na prestação de cuidados, mas também se torna uma força motriz na transformação do sistema de saúde, promovendo uma atenção mais integral e equitativa à saúde da mulher e da população em geral.

4. REFERÊNCIAS

ASSIS, L. T. M.; FERNANDES, B. M. Saúde da mulher: a enfermagem nos programas e políticas públicas nacionais no período de 1984 a 2009. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 356-364, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/50381>. Acesso em: 12 ago 2022.

BITENCOURT, J. V. O. V. *et al.* Nurse's protagonism in structuring and managing a specific unit for COVID-19. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29, e20200213, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ymdsbYLdmhByk9s6Vdm7Bfp/?format=html&lang=en>. Acesso em: 02 out 2022.

BRASIL. **Guia prático do agente comunitário de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://livedetrabalho infantil.org.br/conteudos-formativos/biblioteca/guia-pratico-do-agente-comunitario-de-saude/>. Acesso em: 15 ago 2022.

BRASIL. **Sisprenatal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060305>. Acesso em: 12 ago 2022.

CUNHA, C. M. S. L. M.; HENRIQUES, M. A. P.; COSTA, A. J. S. A enfermagem de saúde pública e as políticas públicas de saúde: um estudo de caso. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 5, e20210204, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/cZfYsjnHn5sqx7HLM9QPHLS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 ago 2022.



MAGAGNIN, A. B. *et al.* O enfermeiro enquanto ser político-social: perspectivas de um profissional em transformação. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 17, n. 1, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/39575/751375137556/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MATTOS-PIMENTA, C. A. *et al.* Prática avançada em enfermagem na saúde da mulher: formação em mestrado profissional. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33,

eAPE20200123, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/8zVTd5Md9st3kCByfnCdzBm/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 26 jan. 2023.

MOSCOVICI, S. Trois présupposés sur les représentations sociales. In: KALAMPALIKIS, N. (Org.). **Psychologie des représentations sociales**: textes rares et inédits. Paris: Editions des Archives contemporaines, 2019. p. 9-16.

OFFICER, T.; CUMMING, J.; McBRIDE-HENRY, K. Successfully developing advanced practitioner roles: policy and practice mechanisms. **Journal of Health Organization and Management**, v. 33, n. 1, p. 63-77, 2019. Disponível em:

<https://www.emerald.com/jhom/article-abstract/33/1/63/212908/Successfully-developing-advanced-practitioner?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 23 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. R. D. *et al.* Sistematização da assistência de enfermagem: percepção e conhecimento da enfermagem Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 6, p. 1547-1553, 2019. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672019000601547&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Contribuições da enfermagem para promover a saúde universal**. Washington: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52238>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SCHNEIDER, F. Práticas avançadas de enfermagem: conceitos e estratégias na implantação. **Global Academic Nursing**, v. 1, n. 2, e11, 2020. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/42>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SCHOBER, M. M.; GERRISH, K.; MCDONNELL, A. Development of a conceptual policy framework for advanced practice nursing: an ethnographic study. **Journal of Advanced Nursing**, v. 72, n. 6, p. 1313-1324, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.12915>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SILVA, F. L. *et al.* O protagonismo do enfermeiro na política nacional de humanização do parto e do nascimento e com vistas a erradicação de abuso e violência obstétrica. **ID on line Revista de psicologia**, v. 12, n. 41, p. 1068-1082, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1265>. Acesso em: 30 jul. 2022.



SINIMBU, R. B. *et al.* Characterization of victims of domestic violence, sexual and/or other violence in Brazil – 2014. **Revista Saúde em Foco**, Terezina, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: [https://www.semanticscholar.org/paper/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-das-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica%2C-Mascarenhas-Sinimbu/](https://www.semanticscholar.org/paper/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-das-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica%2C-Mascarenhas-Sinimbu/.). Acesso em: 20 jun. 2021.

TAYLOR, M. R. Impact of advocacy initiatives on nurses' motivation to sustain momentum in public policy advocacy. **Journal of Professional Nursing**, v. 32, n. 3, p. 235-45, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S8755722315001295?via%3Dihub>. Acesso em: 02 out 2022.

TORRES, D. G. *et al.* Maternidade modelo com atendimento exclusivo de enfermeiros: representações sociais. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 18, n. 4, e20196203, 2019. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/download/6203/pdf_pt/38752. Acesso em: 30 out 2022.

TOSO, B. R. G. O.; PADILHA, M. I.; BREDAS, K. L. O eufemismo das boas práticas ou a prática avançada de enfermagem. **Revista Escola Anna Nery**, v. 23, n. 3, e20180385, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/wgFY45pvzZd5jrntLDdQpcJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TOSO, B. R. G. O. Práticas avançadas de enfermagem em atenção primária: estratégias para implantação no Brasil. **Enfermagem em Foco**, v. 7, n. 3/4, p. 36-40, 2016. Disponível em: <https://enfermfoco.org/article/praticas-avancadas-de-enfermagem-em-atencao-primaria-estrategias-para-implantacao-no-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

UNICEF. The State of the World's Children 2019. **Children, Food and Nutrition: Growing well in a changing world**. New York: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-of-worlds-children-2019>. Acesso em: 30 jul. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO Statement on caesarean section rates. **Reproductive Health Research**, v. 23, n. 45, p. 149–50, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-15.02>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Submetido em: 08/03/2023

Aceito em: 18/09/2025